

Fernando Souza



Assembleia debate PEC e greve

> Reunião será realizada em três locais, simultaneamente: Fundão, IFCS e Macaé

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufjrj.org.br

Adufrj realiza assembleia, no dia 8 de novembro, para discutir ações contra a proposta de ajuste fiscal do governo que atinge os investimentos em educação. A reunião está marcada para 13h.

O foco é a Proposta de Emenda à Constituição 241, que implica 20 anos de congelamento dos gastos primários da União. A proposta agora tramita no Senado. Lá, o texto será avaliado pela Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania. A previsão é que a PEC seja votada em plenário no dia 29 de novembro, em primeiro turno, e em 13 de dezembro, no segundo turno. Estratégias de mobilização para combater o projeto nesta nova fase serão alvo de discussão na assembleia.

Um indicativo de greve geral nacional de 24 horas previsto para 25 de novembro está na pauta. Após debate, para deliberar sobre este ponto a votação será feita por cédulas em urnas, entre 16h e 19h, seguida de apuração.

Cabe ressaltar que não existe encaminhamento do Andes de paralisação

por tempo indeterminado.

A reunião será realizada, simultaneamente, em três pontos, ligados por videoconferência: Fundão (em local a confirmar), IFCS (sala 106) e campus de Macaé (auditório do bloco B). Haverá transmissão ao vivo pelo site e redes sociais da Adufrj. Caso não seja alcançado o quórum em primeira convocação, a assembleia terá início com qualquer número de docentes a partir das 13h30.

Os técnicos-administrativos da UFRJ aprovaram greve a partir do dia 31, com nova assembleia já marcada para 1º de novembro.

ARTIGO

MOBILIZAÇÃO PERMANENTE

■ Colegas, estamos em mobilização permanente contra a PEC 241 e os demais ataques à educação pública. Tomamos iniciativas diversas como a campanha Brasil 2036 de pressão virtual e esclarecimento, a organização de manifestações como a do dia 17 de outubro e a participação

nos atos convocados pelo Andes, como ocorreu no dia 24. Também iremos fortalecer a jornada de lutas marcada para 11 de novembro. Nesse momento, estamos aguardando a convocação de um dia nacional de greve geral, inicialmente previsto para 25 de novembro (data que deve ser confirmada em reu-

nião a ser realizada nos dias 5 e 6, em Brasília, da qual a Adufrj irá participar).

Convocamos uma assembleia no dia 8 de novembro para decidir nosso posicionamento sobre paralisações e greve.

DIRETORIA DA ADUFRJ

De noite, cortam na Educação. De dia, aumentam a Polícia

> Câmara dos Deputados aprova Proposta de Emenda Constitucional que limita gastos públicos e, horas depois, cria despesa de R\$ 3 bilhões

KELVIN MELO

kelvin@adufRJ.org.br

Três bilhões de reais. Esse é o tamanho da contradição apresentada pelo governo e pela Câmara dos Deputados no dia 26. De madrugada, os parlamentares aprovaram a PEC 241, que limita os gastos públicos por 20 anos, em segundo turno (359 a 116). Apenas dez horas depois, a mesma Câmara votou um aumento parcelado para cinco carreiras do funcionalismo. O reajuste terá impacto de R\$ 2 bilhões somente em 2017; R\$ 548,2 milhões em 2018; e R\$ 546,6 milhões em 2019.

Ou seja, mantidos o teto da PEC 241 e o aumento no Senado, já serão menos R\$ 3 bilhões em disputa por todos os ministérios pelos próximos três anos. O montante equivale a oito vezes o orçamento de custeio da UFRJ deste ano, já considerado insu-



Polícia Federal

ficiente. Detalhe: a articulação para aprovar o reajuste contou com o apoio da cúpula do governo, que se afirma austero para conter as políticas sociais.

A apressada aprovação da medida — feita por voto simbólico — também transparece a preocupação do Congresso com a proximidade das ações da Polícia Federal, que bateu nas portas do Senado com a operação Métilis, para prender policiais legislativos.

PRESSÃO AGORA É NO SENADO

Mais do que nunca, é importante fazer pressão nos parlamentares, agora no Senado. O portal Brasil 2036 (brasil2036.org.br) já oferece as ferramentas virtuais para buscar convencer os senadores a votarem contrariamente à PEC 241. A página eletrônica, lançada pela Adufrj em setembro, também reúne notícias, vídeos e análises sobre a proposta do governo.

AUDIÊNCIA NO SENADO DISCUTE TETO DE GASTOS PÚBLICOS

■ Diretor da Adufrj, o professor e economista Carlos Frederico Rocha é um dos convidados de audiência pública para debater propostas de limitação aos gastos públicos e seus efeitos nas políticas sociais. A atividade será realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, no próximo dia 31, a partir das 9h.

Também foram convidados: Daniel

Cara, representante da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação; Andréia Araújo Munemassa, assessora jurídica do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das Ifes; Rosilene Correa de Lima, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Alexandre Galvão Carvalho, secretário-geral do Andes-SN; Rogério Fagundes Marzola, da Fasubra; e Fabiano Godinho Faria, do Sinasefe (sindicato dos profissionais

da educação básica, profissional e tecnológica). Foram chamados, ainda sem confirmação de nomes, representantes da associação de reitores federais (Andifes), da UNE e do MEC, entre outros.

A audiência tem caráter interativo. Os interessados podem enviar comentários ou perguntas, pelo portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania) e pelo Alô Senado: 0800612211.